

Alerta Legislação nº 23, de 04 a 09 jun. 2018

Boletim sem anal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

■ **PORTARIA Nº 143, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

Estabelece o expediente dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018.

(...)

Art. 1º Estabelecer, em caráter excepcional, que nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018, o expediente dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional dar-se-á da seguinte forma:

I - nos dias em que os jogos se realizarem pela manhã, o expediente terá início a partir das 14h00 (horário de Brasília); e

II - nos dias em que os jogos se realizarem à tarde, o expediente se encerrará às 13h00 (horário de Brasília).

Parágrafo único. As horas não trabalhadas em decorrência do disposto no caput serão objeto de compensação até o dia 31 de outubro de 2018.

Art. 2º Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades, nas respectivas áreas de competência, assegurar que os agentes públicos observem os turnos de funcionamento dos órgãos ou entidades, bem como a integral preservação e funcionamento dos serviços considerados essenciais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

(...)

■ **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 838, DE 30.5.2018**

Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à comercialização de óleo diesel.

Governo do Estado de São Paulo

■ **DECRETO Nº 63.456, DE 5 DE JUNHO DE 2018**

Regulamenta a Política Estadual de Educação Ambiental, instituída pela [Lei nº 12.780, de 30 de novembro de 2007](#), institui a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental e dá providências correlatas

Prefeitura de São Paulo

■ **DECRETO Nº 58.267, DE 8 DE JUNHO DE 2018**

Estabelece o expediente dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta, das Autarquias e das Fundações nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018.

Diário Oficial, Cidade de São Paulo, 09/06/2018, p. 3

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
Edição Extra 07/06/2018	<u>DECRETO Nº 9.403, DE 7 DE JUNHO DE 2018</u> Regulamenta a Medida Provisória nº 838, de 30 de maio de 2018 , que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à comercialização de óleo diesel.
06/06/2018	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 840, DE 5 DE JUNHO DE 2018</u> Cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS. <u>LEI Nº 13.673, DE 5 DE JUNHO DE 2018</u> Altera as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 , 9.427, de 26 de dezembro de 1996 , e 9.472, de 16 de julho de 1997 , para tornar obrigatória a divulgação de tabela com a evolução do valor da tarifa e do preço praticados pelas concessionárias e prestadoras de serviços públicos <u>LEI Nº 13.672, DE 5 DE JUNHO DE 2018</u> Altera a Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 , que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018. <u>LEI Nº 13.671, DE 5 DE JUNHO DE 2018</u> Altera o Anexo V à Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018 , que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018. <u>DECRETO Nº 9.402, DE 5 DE JUNHO DE 2018</u> Cria o Refúgio de Vida Silvestre da Ararinha Azul e a Área de Proteção Ambiental da Ararinha Azul. <u>DECRETO Nº 9.401, DE 5 DE JUNHO DE 2018</u> Cria a Reserva Extrativista Baixo Rio Branco-Jauaperi, localizada nos Municípios de Rorainópolis e Novo Airão, nos Estados de Roraima e do Amazonas.
05/06/2018	<u>DECRETO Nº 9.400, DE 4 DE JUNHO DE 2018</u> Institui o Fórum Nacional de Ouvidores dos Direitos Humanos, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos.

	<p><u>DECRETO Nº 9.399, DE 4 DE JUNHO DE 2018</u> Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos sobre Mútua Isenção de Vistos para Portadores de Passaporte Comum, firmado em Brasília, em 16 de março de 2017.</p> <p><u>DECRETO Nº 9.398, DE 4 DE JUNHO DE 2018</u> Altera o Decreto de 6 de março de 2003, que cria o Comitê Executivo Interministerial para a Proteção da Camada de Ozônio, com a finalidade de estabelecer diretrizes e coordenar as ações relativas à proteção da camada de ozônio.</p>
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	<p>CONSELHO DE GOVERNO → Comitê Executivo de Gestão <u>RESOLUÇÃO Nº 38, DE 5 DE JUNHO DE 2018</u> Altera para zero as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital que menciona, na condição de Ex-Tarifários.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 37, DE 5 DE JUNHO DE 2018</u> Altera para 0% (zero por cento) as alíquotas do Imposto de Importação incidente sobre os Bens de Informática e Telecomunicação que menciona, na condição de Ex-Tarifários.</p>
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	<p>SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 8 DE MAIO DE 2018</u> (...) Art. 1º Publicar o plano de amostragem e limites de referência para o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal - PNCRC de 2018 para as cadeias de carnes bovina, suína, caprina, ovina, equina, coelho, aves, avestruz, de leite, pescado, mel e ovos, na forma do Anexo desta Instrução Normativa. (...)</p>
Ministério da Educação	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 536, DE 6 DE JUNHO DE 2018</u> Dispõe sobre as regras e os procedimentos a serem realizados para a oferta de financiamento estudantil do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies e do Programa de Financiamento Estudantil - Pfiés referente ao processo seletivo do segundo semestre de 2018.</p>
Ministério da Fazenda (MF)	<p>BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) <u>RESOLUÇÃO Nº 4.669, DE 6 DE JUNHO DE 2018</u> Altera regras sobre o período de cálculo dos Recursos Obrigatórios e da Poupança Rural, a dedução, a faixa de isenção da exigibilidade, o percentual de direcionamento e a utilização, em operações destinadas a investimentos agropecuários, dos Recursos</p>

Obrigatórios, a obrigatoriedade de aplicação em crédito rural dos recursos de direcionamentos recolhidos e transferidos às instituições financeiras e fixa a taxa máxima de juros aplicável a operações financiadas com recursos do subdirecionamento da Letra de Crédito do Agronegócio (LCA).

RESOLUÇÃO Nº 4.668, DE 6 DE JUNHO DE 2018

Define as Taxas de Juros do Crédito Rural (TCR) a serem aplicadas às operações contratadas a partir de 1º de julho de 2018.

RESOLUÇÃO Nº 4.667, DE 6 DE JUNHO DE 2018

Ajusta normas dos programas de investimento agropecuários amparados por recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a partir de 1º de julho de 2018.

RESOLUÇÃO Nº 4.666, DE 6 DE JUNHO DE 2018

Ajusta normas gerais do crédito rural a serem aplicadas a partir de 1º de julho de 2018.

RESOLUÇÃO Nº 4.665, DE 6 DE JUNHO DE 2018

Ajusta normas a serem aplicadas, a partir de 1º de julho de 2018, às operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que trata o Capítulo 10, e as normas do Fundo de Terras e da Reforma Agrária Mais, de que trata a Seção 1-A do Capítulo 12 (Programas Especiais) do Manual de Crédito Rural (MCR).

RESOLUÇÃO Nº 4.664, DE 6 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre metodologia de cálculo das taxas de juros aplicáveis às operações de crédito rural com recursos controlados, com exceção das operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

RESOLUÇÃO Nº 4.663, DE 5 DE JUNHO DE 2018

Prorroga a data de obrigatoriedade de apresentação do recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) para a concessão de crédito rural.

→ **Área de Regulação - Departamento de Regulação do Sistema Financeiro**

CARTA CIRCULAR Nº 3.883, DE 29 DE MAIO DE 2018

Cria rubricas contábeis e complementa função de título no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional para registro de operações relativas a depósitos de municípios em cooperativas de crédito.

→ **Diretoria Colegiada(DC)**

CIRCULAR Nº 3.904, DE 6 DE JUNHO DE 2018

Estabelece os procedimentos para o cálculo do valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte decorrente de operações com instrumentos financeiros derivativos sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWAC PA D), de que trata a Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013.

CIRCULAR Nº 3.902, DE 30 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre os procedimentos para o cumprimento do requerimento de margem bilateral de garantia em operações com instrumentos financeiros derivativos realizadas no País ou no exterior por

	<p>instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, não liquidadas por meio de entidade que se interponha como contraparte central.</p> <p>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.808, DE 30 DE MAIO DE 2018</u> Dispõe sobre o Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN), instituído pela Lei Complementar nº 162, de 6 de abril de 2018.</p>
<p>Ministério da Justiça</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 760, DE 5 DE JUNHO DE 2018</u> Dispõe sobre as diretrizes para a realização das fiscalizações nos postos de combustíveis pelos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, para que seja resguardado o direito ao repasse do reajuste do valor do óleo diesel aos consumidores finais no momento do abastecimento.</p>
<p>Ministério da Saúde (MS)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.675, DE 7 DE JUNHO DE 2018</u> Altera a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os critérios para a organização, funcionamento e financiamento do cuidado da pessoa com Doença Renal Crônica - DRC no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) – Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 230, DE 5 DE JUNHO DE 2018</u> Dispõe sobre a atualização da lista de Denominações Comuns Brasileiras (DCB).</p> <p>– Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.421, DE 5 DE JUNHO DE 2018</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto CLORO TOP – SUPER FORTE, fabricado pela empresa Top Kim Produtos de Limpeza, cuja rotulagem consta o endereço Rua Escoteiro Fernando César, 600, Nova Era, Juiz de Fora - MG e o CNPJ 24.848.721/0002-40 pertencente a empresa Astol Indústria e Comércio Ltda. (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.420, DE 5 DE JUNHO DE 2018</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, comercialização e uso dos produtos HEMOFOLIC e 4G-FOLIC, fabricados pela empresa Exeltis Laboratório Farmacêutico Ltda (CNPJ: 19.136.432/0001-52), localizada na Rua 1.015, N. 775, Setor Pedro Ludovico, Goiânia - GO, bem como a divulgação dos mesmos, em qualquer meio de comunicação. (...)</p>

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.419, DE 5 DE JUNHO DE 2018

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, comercialização e uso, bem como da divulgação em qualquer meio de comunicação, do produto X-LIFE, fabricado por empresa desconhecida.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.418, DE 1º DE JUNHO DE 2018

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição e comercialização de todos os lotes do medicamento DOCLAXIN, pó injetável (1000 mg + 200 mg e 500 mg + 100 mg (com ou sem frasco ampola de diluente de 20 ou 10 mL), fabricados pela empresa Blau Farmacêutica S.A (CNPJ nº 58.430.828/0001-60) de uso hospitalar e dispensação em farmácias e drogarias, até que a investigação sobre os desvios de qualidade seja concluída

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.417, DE 1º DE JUNHO DE 2018

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, comercialização e uso do produto CANELA DE VELHO como se medicamento fosse, bem como a divulgação em qualquer mídia, até que o produto tenha registro na Anvisa.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.415, DE 1º DE JUNHO DE 2018

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso de todos os medicamentos fabricados pela empresa Santos Flora Comércio de Ervas Ltda.

(CNPJ: 51.569.309/0004-80), incluindo o CHÁ 17 ERVAS, caixa com 60 cápsulas de 250 mg

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.414, DE 1º DE JUNHO DE 2018

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso dos produtos MASTEROL, frasco de 10 ml, e SUSTANON 250, ampola de 1 ml.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.412, DE 1º DE JUNHO DE 2018

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da publicidade e comercialização dos medicamentos Sibutramina, Biomag, Ritalina, Anfepramona, Stavigile, Venvanse, Desobesi, Dualid, Femproporex, DuratestonSibus, Rivotril, Pramil e quaisquer outros medicamentos pelo site <https://anunciogratis.com.br/tag/comprar-ritalina-cuiaba/> ou pelo e-mail bossremedios@hotmail.com, de propriedade de

empresa desconhecida.
(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.411, DE 1º DE JUNHO DE 2018

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso dos lotes NF944 e NG399, fabricados em 01/2017 e válidos até 06/2018 do medicamento LYNPARZA 50 mg (Olaparibe), cápsulas, importado pela empresa Astrazeneca do Brasil LTDA (CNPJ: 60.318.797/0001-00).

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.410, DE 1º DE JUNHO DE 2018

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, comercialização e uso, bem como da divulgação nos sites <https://www.sinelim360.com.br/> e <https://www.sinelim.com.br/> ou em qualquer meio de comunicação, do produto Sinelim 360, fabricado por empresa desconhecida.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.409, DE 1º DE JUNHO DE 2018

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação do medicamento SOMALGINCARDIO, comprimidos revestidos, número de registro 135690647, da empresa EMS Sigma Pharma LTDA (CNPJ: 00.923.140/0001-31) até a adequação do registro do medicamento mediante a aprovação da formulação utilizada.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.408, DE 1º DE JUNHO DE 2018

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, comercialização e uso do produto RIVOTRAM fórmula DIA com Magnésio Quelato e RIVOTRAM fórmula NOITE com L-Triptofano, sem registro, notificação ou cadastro na ANVISA, bem como a divulgação em qualquer veículo ou meio de comunicação e por qualquer outro tipo de mídia.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.407, DE 1º DE JUNHO DE 2018

(...)

Art.1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, comercialização e uso dos produtos "MMS - Miracle Mineral Solution", "MMS/CDS - CLORITO DE SÓDIO + HCL 4%", "Kits Prontos com Clorito de Sódio 28% + Ácido Cítrico 50% 100 mL/Cd", "Clorito de Sódio 28% + HCL 4% 100 mL/Cd", "KIT DMSO + CLORITO DE SÓDIO 28% + HCL 4% 100 ml/ cada", "CLORITO DE SÓDIO 28% 1 Litro" e "CLORITO DE SÓDIO 28% - 250 ml", pela empresa Asher Produtos Químicos Ltda (CNPJ nº 71.531.164/0001-93), localizada à Rua Luiz Barreto, 1681, Campos Elíseos, Ribeirão Preto - SP, e ainda determinar a proibição da divulgação dos mesmos, em qualquer meio de comunicação.

(...)

	<p>→ Gerência-geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.464, DE 7 DE JUNHO DE 2018</u> (...) </p> <p>Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, comercialização, divulgação e uso do produto CREMOR TÁRTARO, supostamente fabricado por FLORA TROPICAL. (...)</p>
<p>Ministério das Cidades (MCidades)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 368, DE 7 DE JUNHO DE 2018</u> Regulamenta o Processo de seleção de propostas para participação no Programa Nacional de Habitação Rural, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida.</p> <p><u>PORTARIA Nº 367, DE 7 DE JUNHO DE 2018</u> Regulamenta o Processo de seleção de propostas para participação no Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades - P M C M V- E</p> <p><u>PORTARIA Nº 366, DE 7 DE JUNHO DE 2018</u> Regulamenta o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida, para os fins que especifica.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 7 DE JUNHO DE 2018</u> Regulamenta o Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades - PMCMV-E.</p> <p><u>PORTARIA Nº 354, DE 1º DE JUNHO DE 2018</u> Altera a Portaria nº 114, de 9 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre as condições gerais para aquisição de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>RESOLUÇÃO Nº 735, DE 5 DE JUNHO DE 2018</u> Estabelece requisitos de segurança necessários à circulação de Combinações para Transporte de Veículos - CTV e Combinações de Transporte de Veículos e Cargas Paletizadas - CTVP.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 734, DE 5 DE JUNHO DE 2018</u> Institui a Autorização Específica - AE para os veículos e/ou combinações de veículos equipados com tanques que apresentem excesso de até 5% (cinco por cento) nos limites de peso bruto total ou peso bruto total combinado, devido à incorporação da tolerância, com base em Resolução do CONTRAN.</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento Social</p>	<p>CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL <u>RESOLUÇÃO Nº 13, DE 4 DE JUNHO DE 2018</u> Aprova os critérios de partilha e elegibilidade para o cofinanciamento federal do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - Acessuas Trabalho para o exercício de 2018 e altera a Resolução nº 18, de 14 de maio de 2012.</p>

	<p><u>RESOLUÇÃO Nº 12, DE 4 DE JUNHO DE 2018</u> Aprova a continuidade do cofinanciamento federal para a realização das ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI aos estados, Distrito Federal e municípios no exercício de 2018.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 11, DE 4 DE JUNHO DE 2018</u> Aprovação dos parâmetros de manutenção dos programas, projetos, serviços e benefícios da Proposta Orçamentária para a Assistência Social, relativa ao orçamento 2019.</p>
<p>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 165, DE 28 DE MAIO DE 2018</u> Estabelece o formato para prestação de informações de receita líquida obtida com a exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado, nos termos do art. 45 do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016</p> <p><u>PORTARIA Nº 161, DE 23 DE MAIO DE 2018</u> Institui a Sem ana Nacional de Conscientização da Perda e Desperdício de Alimentos.</p> <p>INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 1º DE JUNHO DE 2018</u> Dispõe sobre diretrizes e procedimentos administrativos para o monitoramento da visitação em unidades de conservação federais, conforme as informações contidas no processo 02070.002802/2018-93.</p>
<p>Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 143, DE 1º DE JUNHO DE 2018</u> Estabelece o expediente dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018. (...) Art. 1º Estabelecer, em caráter excepcional, que nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018, o expediente dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional dar-se-á da seguinte forma: I - nos dias em que os jogos se realizarem pela manhã, o expediente terá início a partir das 14h00 (horário de Brasília); e II - nos dias em que os jogos se realizarem à tarde, o expediente se encerrará às 13h00 (horário de Brasília). Parágrafo único. As horas não trabalhadas em decorrência do disposto no caput serão objeto de compensação até o dia 31 de outubro de 2018. Art. 2º Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades, nas respectivas áreas de competência, assegurar que os agentes públicos observem os turnos de funcionamento dos órgãos ou entidades, bem como a integral preservação e funcionamento dos serviços considerados essenciais. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.</p>

	(...)
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (ANAC) <u>RESOLUÇÃO Nº 473, DE 7 DE JUNHO DE 2018</u> (...) Art. 1º Aprovar, nos termos do Anexo desta Resolução, o Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 103 (RBAC nº 103), intitulado "Operação aerodesportiva em aeronaves sem certificado de aeronavegabilidade". (...)</p>
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
09/06/2018	<p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.324, DE 08 DE JUNHO DE 2018</u> Dispõe sobre a reclassificação dos vencimentos e salários das classes que especifica, e dá providências correlatas</p> <p><u>LEI Nº 16.760, DE 08 DE JUNHO DE 2018</u> (Projeto de lei nº 854, de 2016, do Deputado Marcos Damasio – PR) Autoriza o Governo do Estado a implantar Centros de Alta Resolutividade (CARE) – nos moldes do implantado no Hospital Pérola Byington – para o diagnóstico do câncer de mama em hospitais regionais estratégicos</p> <p><u>LEI Nº 16.759, DE 08 DE JUNHO DE 2018</u> (Projeto de lei nº 1379, de 2015, do Deputado Paulo Correa Jr – PEN) Dispõe sobre a implantação permanente da “Operação Verão”</p> <p><u>LEI Nº 16.758, DE 08 DE JUNHO DE 2018</u> (Projeto de lei nº 304, de 2012, da Deputada Leci Brandão – PCdoB) Torna obrigatória a informação sobre cor ou identificação racial em todos os cadastros, bancos de dados e registros de informações assemelhados, públicos e privados, no Estado e dá providências correlatas</p> <p><u>LEI Nº 16.756, DE 07 DE JUNHO DE 2018</u> (Projeto de lei nº 220, de 2017, do Deputado Cássio Navarro – PMDB) Dispõe sobre o dever de inserção do símbolo mundial da conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista – TEA nas placas de atendimento prioritário</p> <p><u>DECRETO Nº 63.458, DE 8 DE JUNHO DE 2018</u> Declara luto oficial no Estado por 3 (três) dias pelo falecimento de MARIA ESTHER BUENO</p>

<p>06/06/2018</p>	<p><u>DECRETO Nº 63.457, DE 5 DE JUNHO DE 2018</u> Transfere os cargos e as funções-atividades que especifica e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 63.456, DE 5 DE JUNHO DE 2018</u> Regulamenta a Política Estadual de Educação Ambiental, instituída pela <u>Lei nº 12.780, de 30 de novembro de 2007</u>, institui a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 63.455, DE 5 DE JUNHO DE 2018</u> Cria a Floresta Estadual do Noroeste Paulista, nos Municípios de São José do Rio Preto e Mirassol, e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 63.454, DE 5 DE JUNHO DE 2018</u> Cria o Parque Estadual Águas da Prata e dá providências correlatas</p>
<p>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</p>	<p>MARGINÁLIA ESTADUAL</p>
<p>Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)</p>	<p>CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) – Coordenadoria da Unidade de Ensino Superior de Graduação <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA CESU-6, DE 6-6-2018</u> Dispõe sobre os procedimentos quanto à obrigatoriedade de participação dos estudantes dos Cursos Superiores das Faculdades de Tecnologia – Fatecs do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade, aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - Inep do Ministério da Educação - MEC</p> <p>– Gabinete do Diretor-Superintendente (GDS) <u>PORTARIA CEETEPS-GDS-2124, DE 6-6-2018</u> Prorroga o período para as inscrições de candidatos no Processo Seletivo-Vestibular, do 2º semestre de 2018, das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza</p>
<p>Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD)</p>	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RETIFICAÇÃO DO D.O. DE 9-2-2018</u> (Regulamento Retificado) "CONCURSO MODA INCLUSIVA" (...)</p>
<p>Fazenda (SF)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 65, DE 04-06-2018</u> Altera a Resolução SF 43, de 10-04-2018, que dispõe sobre a execução do Programa de Estímulo à Conformidade Tributária - "Nos Conformes", instituído pela <u>Lei Complementar 1.320, de 06-04-2018</u></p> <p><u>RESOLUÇÃO SF-64, DE 4-6-2018</u> O Secretário da Fazenda, à vista do disposto no artigo 5º da Resolução SF 08, de 19-01-2018, faz publicar o índice de variação nominal da arrecadação e o valor unitário da quota, para fins do</p>

	<p>estabelecido no artigo 16 da Lei Complementar 1.059, de 18-09-2008, alterado pela Lei Complementar 1.296, de 02-01-2017:</p> <p>RESOLUÇÃO SF 63, DE 04-06-2018 Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo</p> <p>SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) PORTARIA SPPREV 230, DE 08-06-2018 (...) Artigo 1º - O cronograma da Avaliação de Desempenho Individual, para o 1º ciclo de desempenho de 2018, referente ao período de 01-01-2018 a 30-06-2018, fica estabelecido na seguinte conformidade: I. 02-07-2018 a 06-07-2018 - Período de autoavaliação de desempenho individual; II. 10-07-2018 a 17-07-2018 - Período de avaliação do empregado pelo superior imediato (...)</p> <p>PORTARIA SPPREV 229, DE 5-6-2018 Disciplina as regras gerais de implementação do projeto-piloto de Teletrabalho no âmbito da São Paulo Previdência - SPPREV</p>
Meio Ambiente (SMA)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) RESOLUÇÃO SMA-68, DE 8-6-2018 Dispõe sobre procedimentos e institui as "Normas para candidatura à capacitação internacional e afastamentos do país"</p> <p>RESOLUÇÃO SMA-66, DE 5-6-2018 Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural "Porto do Ifé", localizada no Município de Colômbia/SP</p> <p>RESOLUÇÃO SMA 65, DE 05-06-2018 Institui o Projeto Verão no Clima da Secretaria de Estado do Meio Ambiente</p>
Universidade de São Paulo (USP)	<p>REITORIA → Pró-Reitorias → → Pró-Reitoria de Pesquisa (CoPq) PORTARIA PRP-644, DE 5-6-2018 Dispõe sobre o Edital do 26º Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP - SIICUSP</p>
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	<p>REITORIA RESOLUÇÃO UNESP-37, DE 5-6-2018 Altera o artigo 46 do Estatuto da Unesp</p>
Defensoria Pública do Estado (DPE)	<p>DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, DE 30-5-2018 Dispõe sobre o expediente nas Unidades da Defensoria Pública do Estado nos dias em que ocorrerem os jogos da Seleção Brasileira de</p>

	<p>Futebol no Campeonato Mundial de Futebol de 2018</p> <p><u>SEGUNDA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO</u> <u>ATO DA SEGUNDA SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO, DE 5-6-2018</u></p> <p>Abre prazo para inscrições de Defensoras e Defensores Públicos classificados na Capital, interessados em participar dos plantões judiciários aos finais de semana e feriados, para o período de 01-07-2018 a 19-12-2018</p>
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
09/06/2018	<p>PROJETOS DE LEI</p> <p>PROJETO DE LEI Nº 398, DE 2018 Autoriza o Poder Executivo a instalar restaurante do programa Bom Prato no município de Cajamar. DOE, Legislativo, 09/06/2018, p. 12</p> <p>PROJETO DE LEI Nº 396, DE 2018 Autoriza o Poder Executivo a conceder a isenção tarifária dos transportes públicos para os portadores de moléstias hemorrágicas e hemofilia. DOE, Legislativo, 09/06/2018, p. 11</p>
08/06/2018	<p>MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR</p> <p><u>VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 86, DE 2018</u> Mensagem A-nº 123/2018 do Senhor Governador do Estado (...) De origem parlamentar, a propositura inclui no Calendário Turístico do Estado o "Dia da Queima do Alho", que se realizará, anualmente, no dia 25 de agosto (artigo 1º). (...) DOE, Legislativo, 08/06/2018, p. 5</p> <p><u>VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 220, DE 2017</u> Mensagem A-nº 122/2018 do Senhor Governador do Estado (...) De origem parlamentar, o projeto determina aos estabelecimentos públicos e privados que disponibilizam atendimento prioritário a inserção, nas placas que sinalizam esse tipo de atendimento, da "fita quebra-cabeça", símbolo mundial da conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista (artigo 1º). (...) DOE, Legislativo, 08/06/2018, p. 5</p> <p><u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 809, DE 2017</u> Mensagem A-nº 121/2018 do Senhor Governador do Estado (...) A medida, de iniciativa parlamentar, estabelece sanções a serem aplicadas às operadoras de plano de assistência ou seguro à saúde que fixarem limites de tempo ou monetário para internações de seus beneficiários (artigo 1º), dispondo, ainda, a respeito de requisitos formais para a imposição da multa administrativa nela prevista</p>

(artigo 2º).
(...)

[DOE, Legislativo, 08/06/2018, p. 5](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 93, DE 2017

Mensagem A-nº 120/2018 do Senhor Governador do Estado
(...)

De iniciativa parlamentar, a propositura determina à rede pública de ensino do Estado que introduza em sua grade disciplinar, a partir do terceiro ano do ensino fundamental I, a matéria "Redação" (artigo 1º).

(...)

[DOE, Legislativo, 08/06/2018, p. 5](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 981, DE 2015

Mensagem A-nº 119/2018 do Senhor Governador do Estado
(...)

A propositura, de iniciativa parlamentar: proíbe, por qualquer meio ou processo, a divulgação total de dado pessoal sem a prévia autorização de seu titular (artigo 1º); estabelece o que se compreende por dado pessoal, para seus fins (artigo 2º); possibilita a notificação do divulgador não autorizado, para a retirada do dado não autorizado ou bloqueio de acesso (artigo 3º); e prevê que a infração, após notificação, sujeitará o responsável ao sistema de penalidades previsto nos artigos 56 e 57 do Código de Defesa do Consumidor (artigo 4º).

(...)

[DOE, Legislativo, 08/06/2018, p. 5](#)

07/06/2018

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA Nº 4, DE 2018, À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Altera artigos do texto constitucional para resguardar direitos inerentes aos Auditores de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado.

[DOE, Legislativo, 07/06/2018, p. 11](#)

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 389, DE 2018

Institui o Programa de Segurança e Saúde no Trabalho dos Agentes Socioeducativos do Estado de São Paulo.

[DOE, Legislativo, 07/06/2018, p. 14](#)

PROJETO DE LEI Nº 388, DE 2018

Classifica Nova Granada como Município de Interesse Turístico.

[DOE, Legislativo, 07/06/2018, p. 14](#)

PROJETO DE LEI Nº 386, DE 2018

Autoriza o Poder Executivo a credenciar empresas de vistoria veicular – ECV (Empresa Credenciada de Vistoria).

[DOE, Legislativo, 07/06/2018, p. 13](#)

PROJETO DE LEI Nº 385, DE 2018

Classifica Pontes Gestal como Município de Interesse Turístico.

[DOE, Legislativo, 07/06/2018, p. 13](#)

PROJETO DE LEI Nº 384, DE 2018

	<p>Dispõe sobre a assistência jurídica integral e gratuita aos guardas municipais que, no exercício de suas funções, se envolvam ou sejam implicados em casos que demandem tutela jurídica, seja judicial ou extrajudicial.</p> <p>DOE, Legislativo, 07/06/2018, p. 13</p>
<p>06/06/2018</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 382, DE 2018</u> Altera a Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008, para estabelecer o sistema de alíquota diferenciada do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, para veículos de carga, tipo caminhão, cujo sujeito passivo seja cumulativamente pessoa física e transportador autônomo de cargas, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 06/06/2018, p. 9</p> <p>TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA ATO GP Nº 06/2018</p> <p>Dispõe sobre o horário de expediente em dias de jogos da seleção brasileira de futebol no Campeonato Mundial de Futebol de 2018, nas fases em que participar.</p> <p>O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XI do artigo 27 do Regimento Interno, considerando a participação da seleção brasileira no Campeonato Mundial de Futebol de 2018 - Copa do Mundo, RESOLVE:</p> <p>Art. 1º - Nos dias de jogos da seleção brasileira de futebol, o horário de expediente nas dependências do Tribunal de Contas, na capital e interior, será das:</p> <p>I - 13h às 17h, quando o jogo ocorrer às 9h; II - 15h às 19h, quando o jogo ocorrer às 11h, e III - 8h às 12h, quando o jogo ocorrer às 15h.</p> <p>Parágrafo único - Nas unidades em que houver necessidade dos servidores iniciarem as atividades antes do horário previsto neste artigo, dada a especificidade do serviço, caberá ao responsável adequar o horário de trabalho, de maneira a cumprir a mesma jornada mencionada nos incisos I a III.</p> <p>Art. 2º - Não correrão prazos processuais nos dias que contarem com o horário diferenciado estabelecido no art. 1º.</p> <p>Art. 3º - Os critérios determinados neste Ato aplicam-se a todas as fases em que for verificada a participação da seleção brasileira de futebol.</p> <p>Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação. Publique-se. Cumpra-se. São Paulo, 5 de junho de 2018. RENATO MARTINS COSTA PRESIDENTE</p>
<p>05/06/2018</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 379, DE 2018</u> Acrescenta parágrafo único ao artigo 2º da Lei nº 6.536, de 13 de novembro de 1989, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo</p>

Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados, no Ministério Público do Estado de São Paulo.

[DOE, Legislativo, 05/06/2018, p. 10](#)

OFÍCIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO

Direta de Inconstitucionalidade Processo nº 2105073-97.2018.8.26.0000

Relator(a): Elcio Trujillo

Órgão Julgador: Órgão Especial

Vistos.

Trata-se de **Ação Direta de Inconstitucionalidade** promovida pela Associação Paulista de Supermercados (APAS), com o fim de que seja declarada a inconstitucionalidade da [Lei Estadual nº 16.674, de 13 de março de 2018](#) (fls. 52), do Estado de São Paulo, que dispõe sobre a obrigatoriedade, em todos os supermercados e congêneres, da adaptação de 5% (cinco por cento) dos carrinhos de comprar às crianças com deficiência ou mobilidade reduzida.

Segundo a requerente, ao regular a matéria, a lei violou os princípios da isonomia, razoabilidade e proporcionalidade. Requer, em caráter liminar, a suspensão da lei acima mencionada até o julgamento definitivo da presente ação.

Pois bem.

A medida liminar em Ação Direta de Inconstitucionalidade somente pode ser deferida quando presentes, de modo inequívoco, o *fumusboni iuris*, resultante de indício de que o direito pleiteado de fato existe, e o *periculum in mora*, compreendido como o receio de que a demora da decisão judicial acarrete dano grave ou de difícil reparação ao bem tutelado.

Hipótese verificada nos autos.

Assim, diante a natureza da matéria tratada no texto normativo impugnado e as implicações decorrentes de sua implantação, defiro o pedido de suspensão da eficácia da Lei Estadual nº 16.674, de 13 de março de 2018, do Estado de São Paulo, até o julgamento definitivo da presente ação.

Comunique-se, com urgência.

Requisitem-se informações junto ao Sr. Governador do Estado de São Paulo e ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no prazo de 30 (trinta) dias.

Cite-se o Procurador-Geral do Estado para, querendo, nos termos do art. 90, §2º da Constituição Estadual, promover a defesa da norma impugnada.

Após, manifeste-se a Procuradoria Geral de Justiça.

Int.

São Paulo, 28 de maio de 2018.

a) ELCIO TRUJILLO - Relator

[DOE, Legislativo, 05/06/2018, p. 10](#)

**Publicação
DO - Cidade**

SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

09/06/2018

DECRETO Nº 58.267, DE 8 DE JUNHO DE 2018

Estabelece o expediente dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta, das Autarquias e das Fundações nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018.

	<p>Diário Oficial, Cidade de São Paulo, 09/06/2018, p. 3</p> <p>DECRETO Nº 58.265, DE 8 DE JUNHO DE 2018 Divulga os novos valores das Escalas de Padrões de Vencimentos dos Quadros dos Profissionais de Educação - QPE, em cumprimento ao disposto no § 2º do artigo 6º da Lei nº 16.275, de 2 de outubro de 2015.</p> <p>Diário Oficial, Cidade de São Paulo, 09/06/2018, p. 1</p>
08/06/2018	<p><u>LEI Nº 16.754, DE 07 DE JUNHO DE 2018</u> (Projeto de lei nº 1114, de 2017, da Deputada Clélia Gomes – PHS) Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação da Central de Atendimento à Mulher (Disque 180) e do Serviço de Denúncia de Violações aos Direitos Humanos (Disque 100) nos estabelecimentos de acesso ao público que especifica</p> <p><u>LEI Nº 16.749, DE 07 DE JUNHO DE 2018</u> (Projeto de lei nº 427, de 2015, do Deputado Orlando Bolçone – PSB) Autoriza o Poder Executivo a estabelecer convênios com diferentes entidades especializadas no tratamento e acompanhamento de crianças autistas e dá outras providências</p>
07/06/2018	<p><u>LEI Nº 16.912, DE 6 DE JUNHO DE 2018</u> (PROJETO DE LEI Nº 405/17, DO VEREADOR CAIO MIRANDA CARNEIRO – PSB) Dispõe sobre o controle de ruídos e poluentes tóxicos da frota de veículos utilizados pela Administração Pública, e dá outras providências.</p> <p><u>LEI Nº 16.910, DE 6 DE JUNHO DE 2018</u> (PROJETO DE LEI Nº 199/14, DA VEREADORA PATRÍCIA BEZERRA – PSDB) Estabelece condições para o funcionamento das escolas de futebol e assemelhadas, e a participação de atletas em formação, entre 05 e 17 anos de idade, em partidas oficiais ou treinamentos de campeonatos, no Município de São Paulo, e dá outras providências.</p>
06/06/2018	<p><u>LEI Nº 16.904, DE 5 DE JUNHO DE 2018</u> (PROJETO DE LEI Nº 535/17, DO VEREADOR CONTE LOPES - PP) Cria a Feira de Arte, Artesanato, Antiguidades, Cultura e Lazer na Praça Heróis da Força Expedicionária Brasileira, no bairro de Santana, no Município de São Paulo, e dá outras providências</p> <p><u>LEI Nº 16.901, DE 5 DE JUNHO DE 2018</u> (PROJETO DE LEI Nº 356/16, DOS VEREADORES ANTONIO DONATO – PT E ADILSON AMADEU -PTB) Revoga a Lei Municipal nº 12.609, de 6 de maio de 1998 e altera a Lei Municipal nº 14.766, de 18 de junho de 2008, a fim de proibir a utilização de motocicletas para o transporte de passageiros (moto-táxi), bem como para o transporte de material inflamável ou que possa pôr em risco a segurança do município.</p>

05/06/2018

LEI Nº 16.900, DE 4 DE JUNHO DE 2018

(PROJETO DE LEI Nº 741/17, DOS VEREADORES MILTON LEITE – DEMOCRATAS, JOSÉ POLICE NETO – PSD E RODRIGO GOULART – PSD)

Dispõe sobre contrapartidas a serem adotadas por novos empreendimentos no Município de São Paulo em relação à área de segurança e prevenção contra incêndios, e dá outras providências.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107